

VILLAS-BÔAS CORRÊA

# Ansiedade justificada

**A** tensão que o presidente da Câmara, deputado Ibsen Pinheiro, vem demonstrando nos últimos dias — nas fotos, diante das câmeras de TV, nos pronunciamentos públicos —, certamente que não reflete apenas a noção de responsabilidade a pesar nos ombros e a sombrear o rosto nesta véspera de reabertura do sessão legislativa.

Se é razoável a preocupação, as circunstâncias a agravam pela evidência de que o Legislativo atravessa um período negro, necessitando enfrentar o desafio da sua urgente reabilitação, dando a volta por cima do desprezo nacional e, por mal dos pecados, ante a enervante certeza de que o Congresso não dispõe das condições mínimas para empreender a reviravolta recuperadora.

Por certo que alguma coisa pode e deve ser feita. E com a maior urgência. Para citar o exemplo mais óbvio, é inaceitável que a Câmara não tome providências imediatas para limpar a Casa das presenças desqualificantes do parlamentar metido até o pescoço na traficância de drogas e do outro valente que esmurrou, em plenário, a colega que levantara a denúncia do seu envolvimento no negócio do pó. Ambos, representantes do povo do novo estado de Rondônia, pelo visto tão precisado quanto o Legislativo de sacudir a poeira que se acumula nos seus porões, cobrindo a carga apodrecida e que tresanda, empestando a reputação.

Mas, afinal, isso é apenas o elementar e, portanto, o mais fácil. O corporativismo que encobre todas as maroteiras e privilégios escusos não pode funcionar para garantir a impunidade do crime e da covardia.

Só que não basta. O Congresso precisa levar a faxina a todos os cômodos ocupados pelo empreguismo, pelo nepotismo, pela clamorosa disparidade de salários que beneficia os seus servidores, distinguidos como casta na legião do funcionalismo público civil e até, em dose aliviada, os militares.

Poder que despenca às funduras do Legislativo não pode hesitar no arranque corretivo. O Congresso deve convencer-se que seu conceito está em nível assustadoramente baixo e que alguma coisa deve ser feita para evitar que a ferrugem que o corrói atinja o regime democrático e se constitua em ameaça séria ao processo sinuoso de consolidação.

Não dá para retardar a limpeza nem parar aí. Removido o monturo ou pelo menos a parte pestilencial, o Congresso terá que dar o largo passo adiante para reabilitar a instituição. Falando claro: provar que pode ser útil, que tem seu papel a desempenhar na mecânica do sistema. E, na autocritica do humilde reconhecimento de que, se lhe falta brilho, a mediocridade aplicada pode ser eficiente.

Em qualquer pesquisa que hoje



se faça, o resultado apontará para o desgraçado equívoco que o Congresso é descartável. Um degrau a mais e a velha bandeira conhecidíssima da dissolução por uns tempos será empunhada pelo golpista de plantão. Não se sabe quem é, mas não se duvida que existe.

A excitação do deputado Ibsen Pinheiro é, portanto, plenamente justificada. O presidente conhece as mazelas da Câmara — que são comuns às duas Casas do Congresso, mas o Senado não é com ele — e tem ao seu crédito o apoio ostensivo aos 12 projetos de resolução encaminhados à Mesa pela Comissão de Modernização. Mas, pelas reações abafadas de muitos e pelo descaramento exibido de outros, já percebeu que não será tranqüila a aprovação de medidas simples, objetivando a simplificação e eficiência dos trabalhos parlamentares que esbarram nos cartórios enquistados na Casa, na resistência silenciosa e dissimulada de bolsões influentes do funcionalismo e até na acomodação a práticas arraigadas, ao receio de mudar o que não está dando certo mas fincou raízes da rotina.

Acontece que esse apanhado de interesses e conveniências extravasou o nível do suportável e se derrama pela sociedade indignada.

Na pasmaceira de legislatura vadia seria difícil contemporizar com a sensação crescente da desatualização e ineficiência do Legislativo.

Ocorre que o quadro de agrava com os anúncios de uma ofensiva do Executivo. Partiu do presidente Collor de Mello o aviso que o *Projeto* será resgatado do esquecimento e devidamente ressuscitado com o envio ao Congresso de emendas constitucionais e projetos de lei que materializem as suas propostas.

E agora? Aprovar ou rejeitar não caracterizam reações conseqüentes do Congresso. Diante de um governo atrevido, que infla o peito com a fumaça de alguns êxitos setoriais e que ainda ontem deu a medida da sua reconquistada petulância ao anunciar a liberação dos cruzados nocos retidos, até o limite de Cr\$ 200 mil a partir de 15 de agosto, portanto, com um mês de antecipação, o Congresso se apresenta caoticamente desarticulado. Nem partidos, nem lideranças, nem convicções estabelecendo as linhas da contradição.

Se politicamente lembra a velha imagem do bando que se deixa levar pela emoção do momento ou é tangido pelos interesses prevalentes em cada caso, também sua estrutura funcional, que nunca foi grande coisa, envelheceu, inchou, perdeu o compasso do tempo.

O governo avança em pinça, recrutando governadores para arregimentar os votos dos esquemas estaduais, organiza-se internamente para entrar com peso da máquina nas votações decisivas e reforça a articulação de suas lideranças parlamentares.

Ante a onda que encorpa, o Congresso, desatento e disperso na praia, não se cuida para prevenir o risco de afogamento. Vai beber muita água.